

## A TRAJETÓRIA INCLUSIVA DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA VISUAL NO IFRN: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Maria Clara de Diniz do Nascimento<sup>1</sup>  
Maria Irani Santos Silva de Souza<sup>2</sup>  
Josefa Gabrieli Alves do Nascimento<sup>3</sup>  
Renata Suzana de Oliveira<sup>4</sup>  
Thalita Cunha Motta<sup>5</sup>

### INTRODUÇÃO

Esse trabalho tem como objetivo central apresentar levantamento bibliográfico sobre experiências de inclusão e acessibilidade dos campi Natal-Central e Natal Zona Leste do IFRN. O motivo pelo qual decidimos estudar a temática, é que, duas das pesquisadoras são pessoas com Deficiência Visual (DV) e, em sua trajetória acadêmica, enfrentaram dificuldades de adaptação das escolas e professores, sem uma formação suficiente para atender as necessidades educacionais de estudantes com DV. Tal contexto ainda é frequente, dificultando mais o processo de ensino aprendizagem e da própria inclusão. Mas, com o aumento crescente nos últimos anos do número de estudantes com deficiência matriculados nos campi citados, também tem aumentado o número de pesquisas e publicações sobre o tema. Além disso, a produção de materiais, adaptações e recursos também são eixos de pesquisa que podem contribuir com a acessibilidade nos vários cursos. Nesse contexto, é essencial analisar as publicações que evidenciam as experiências de docentes e estudantes com DV para propor novos estudos e melhorias no processo de inclusão. Para fundamentação teórica, nos debruçamos sobre autores que tratam de inclusão, acessibilidade e ensino-aprendizagem

Isto posto, cumpre o propósito de analisar as dificuldades que os alunos com DV encaram nos primeiros momentos, e no decorrer de sua trajetória acadêmica. mão dupla entre o aluno com essa necessidade. Dessarte, o estudo se configura como uma pesquisa de cunho

---

<sup>1</sup> Graduanda do Curso de Licenciatura em Física do Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN), [dinizclara15@gmail.com](mailto:dinizclara15@gmail.com);

<sup>2</sup> Graduanda do Curso de Licenciatura em Português/e Espanhol do Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN), [iranimiss@gmail.com](mailto:iranimiss@gmail.com);

<sup>3</sup> Graduanda do Curso de Licenciatura em Português e Espanhol do Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN); [josefa.gabriele39@gmail.com](mailto:josefa.gabriele39@gmail.com);

<sup>4</sup> Estudante do Curso Técnico em Geologia do Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN), [renatasuzanadeoliveira@gmail.com](mailto:renatasuzanadeoliveira@gmail.com);

<sup>5</sup> Doutora em Educação pelo PPGE da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, professora do IFRN [thalita.motta@ifrn.edu.br](mailto:thalita.motta@ifrn.edu.br)

bibliográfico pois, de acordo com Gil (2002, p.44), “[...] a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”. [e] a principal vantagem da pesquisa bibliográfica está no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente (idem, p.45). Nesse conjunto de circunstâncias, é essencial analisar as disseminações que evidenciam as experiências de docentes e estudantes com DV para propor novos estudos e melhorias no processo de inclusão.

## **METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)**

A pesquisa conduziu-se através de uma revisão bibliográfica com busca de artigos, dissertações e teses sobre estudantes com DV e/ou ensino para pessoas com DV no IFRN. Durante a coleta de dados, selecionamos o período entre 2017 a 2022 e encontramos quatro trabalhos: Fortes, 2017; Brito e Motta, 2018, Lima e Medeiros Neta, 2020 e, Silva e Gomes, 2022. Todos os trabalhos aplicaram questionários com docentes e/ou discentes, além de outros profissionais de apoio. Realizamos a análise dos quatro trabalhos, considerando os elementos em comum e principais diferenças ou mudanças do trabalho institucional do IFRN.

## **REFERENCIAL TEÓRICO**

Na inclusão educacional, a pessoa com deficiência vivência o direito de aprender, interagir e conviver com os demais membros da sociedade, por meio dos recursos adequados para garantir uma aprendizagem igualitária. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, art. 59, diz que: “os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação: I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades educacionais”. Nessa sentido, todos os níveis e modalidades de ensino devem adequar seus materiais didáticos e procedimentos avaliativos, de acordo com as características de cada público atendido, como é o caso da deficiência visual que requer configuração acessível de livros, textos, vídeos, ambientes virtuais de aprendizagem, etc.

Essas mudanças educacionais estão fundamentadas também na própria Declaração Universal dos Direitos Humanos, com o princípio inclusivo que prevê oportunidades para

todos, afim de garantir o direito das pessoas com deficiência. Assim, como o Brasil, outros países passaram a elaborar leis, decretos, portarias, entre outros documentos, que regulam e orientam a realização da política inclusiva. Destacamos a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que reforça a prerrogativa de obrigatoriedade de todas as instituições de ensino oferecerem apoio e atendimentos das necessidades do estudante com deficiência. Entretanto, muitas escolas só buscam se adaptar no momento que recebem o estudante e acabam não estando preparadas de forma adequada. Com a lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio, determinou-se uma cota de vagas por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos, indígenas e quilombolas e por pessoas com deficiência. No caso do IFRN, os primeiros estudantes com deficiência ingressantes por cotas iniciaram o curso no ano de 2017 e, é a partir desse período que também se inicia maior número de estudos sobre a temática. Para o ensino-aprendizagem das pessoas com deficiência visual, os principais recursos a serem utilizados são: softwares leitores de tela, sistema Braille; recursos tateis, como o Soroban, mapas com texturas, etc. Considerando tais elementos, vamos verificar se as experiências do IFRN contemplam tais recursos.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Como já mencionado, nessa pesquisa, selecionamos a instituição IFRN para verificar quais estudos já foram realizados sobre o atendimento de estudantes com DV e verificar os avanços e dificuldades de cada experiência divulgada. Assim, em virtude do IFRN ter organização multicampi em todo o território do estado do Rio Grande do Norte e, em cada campus existem equipes de docentes e de atendimento aos estudantes com deficiência específicas, o trabalho desenvolvido para cada estudante é bastante diferenciado. Além disso, verificamos nos trabalhos encontrados que, os estudantes com DV estavam na instituição em diferentes épocas, diferentes cursos e diferentes modalidades de ensino. A pesquisa de Fortes (2017) retrata o período mais antigo registrado, dentre todos os trabalhos, por isso, os docentes envolvidos nunca tinham recebido estudante cego antes. No contexto do trabalho, Fortes desenvolveu um curso de formação com profissionais que também tinham DV para evidenciar a representatividade. No caso do trabalho de Lima e Motta (2018), também foi uma experiência

pioneira da instituição da modalidade à distância para atendimento de estudante com DV, num curso de licenciatura. Professores também receberam orientação para adaptação de material didático e avaliações, mas, a estudante também tinha bastante autonomia no uso do ambiente virtual de aprendizagem, através do uso de softwares leitores de tela. A pesquisa de Silva e Gomes (2022) também retratou o trabalho na modalidade à distância, analisando a perspectiva mais ampla dos profissionais da gestão e área técnica, para isso utilizou o Diagrama de Ishikawa (causa e efeito). Ambas as pesquisas sobre EaD indicaram a necessidade da existência de um profissional consultor cego para revisão dos materiais didáticos e páginas online. Independente da modalidade de ensino, todas pesquisas ressaltam a necessidade da formação de professores. Em termos de números, a pesquisa de Lima e Medeiros Neta (2020) verificaram que o campus Natal-Central recebeu o maior quantitativo de estudantes com DV no IFRN, atingindo o total de 21 matriculados e o campus Natal Zona Leste recebeu um total de 7 estudantes. Nas entrevistas com docentes do campus Natal-Central, Lima e Medeiros Neta (2020) confirmaram que os docentes tem participado de eventos e atividades formativas na área, a partir da oferta do próprio IFRN, além de participarem de produção de material tátil e auxílio de leitores e transcritores voluntários, além da utilização de textos impressos em Braille e uso de softwares leitores de tela, dentre outras ações.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando o levantamento bibliográfico realizado nessa pesquisa, podemos considerar que os estudos sobre a educação inclusiva de pessoas com deficiência visual precisam ser aprofundados e mais disseminados na comunidade acadêmica que trata da Educação Profissional de nível médio, técnico e Educação Superior, além da modalidade de Educação à Distância. Todos os trabalhos analisados nesse momento, destacam as dificuldades dos docentes na preparação de materiais acessíveis para os estudantes com DV, e os desafios desses alunos na participação em sala de aula, e em atividades de algumas áreas mais complexas dos cursos. Apesar dessas limitações, ambos os *campi* do IFRN conseguiram atender os estudantes com DV, os quais concluíram os cursos com êxito. De todo modo, entendemos que, o processo de inclusão é contínuo e requer constante aprimoramento com: mais ofertas de capacitação docente, atualização de tecnologias e planejamento adequado e flexível.

**Palavras-chave:** Deficiência Visual, Inclusão, Acessibilidade.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei Nº 13.146, de 6 de JULHO de 2015. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em:<[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm)> Acesso em: 26 abr. 2024.

\_\_\_\_\_. Lei Nº 12.711, de 29 de AGOSTO de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em:<[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm)> Acesso em: 25 abr. 2024.

\_\_\_\_\_. Lei Nº 9.394, de 20 de DEZEMBRO de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação nacional. Disponível em:<[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394compilado.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394compilado.htm)> Acesso em: 25 abr. 2024.

BRITO, Bruno Lima; MOTTA, Thalita Cunha. A Inclusão de uma Aluna com Deficiência Visual no Curso de Espanhol na Modalidade a Distância. Natal, 2018. [Trabalho de Conclusão de Curso da Especialização em Tecnologias Educacionais do IFRN].

FORTES, Vanessa Gosson Gadelha de Freitas. Formação Continuada de Professores do Ensino Médio Integrado do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), na perspectiva da Inclusão de aluno com deficiência visual. [Tese] – Natal, 2017.

GIL, A. C. Como Elaborar Projetos de Pesquisa. São Paulo: Atlas, 2002.

LIMA, Eva Lídia Maniçoba de; MEDEIROS NETA, Olívia Moraes de. Inclusão de Pessoas com Deficiência Visual no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte: Formação Docente e Práticas Pedagógicas. Revista Humanidades & Inovação. V.7, n.11 Palmas: 2020. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/3274>. Acesso em: 15 abr. 2024.

SILVA, Patrícia de Souza; GOMES, Eliane Galvão. Entraves e Êxitos da Inclusão de Discentes com Deficiência Visual no Curso de Licenciatura em Letras Espanhol no IFRN - Campus Natal Zona Leste. Natal, 2022. [Trabalho de Conclusão de Curso da Licenciatura em Letras Espanhol do IFRN].